RECOMENDAÇÃO N. «0002/2019/01PJ/MCJ»

Autos de Inquérito Civil nº «06.2017.00001981-1 »

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Maracaju/MS, representado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007, e;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, e que a **recomendação** “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”¹;

CONSIDERANDO que o art. 37, II, da Carta Maior da República e o art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul **preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que a regra constitucional do concurso público (artigo 37, inciso II, da CRFB/1988) é pautada pelos princípios da igualdade (“*pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga*”

¹ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVM, 2013, p. 49.

em condições idênticas para todos”), moralidade administrativa e impessoalidade (“indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos”) e competição (“significa que os candidatos participam de um certame, procurando alçar-se à classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público”)²;

CONSIDERANDO que, conforme lição do jurista Hely Lopes Meirelles (2004, p. 403), *“O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da CF. Pelo concurso afastam-se, pois, os ineptos e os apaniguados que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e a falta de escrúpulos de políticos que alçam e se matem no poder leiloando cargos e empregos públicos”;*

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal é intransigente em relação à imposição da efetividade constitucional do concurso público, sua jurisprudência reafirma o princípio constitucional da acessibilidade dos cidadãos ao serviço público, que *“não pode ser tido como uma simples regra de organização da atividade pública”,* mas como *“um dos princípios firmadores de uma ordem democrática, da mesma forma que os direitos e garantias individuais, postos na Constituição”³,* sendo vedada qualquer possibilidade que desrespeite a norma, por flagrante inconstitucionalidade;

CONSIDERANDO que, para tais casos, é remansosa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a ilegalidade das contratações sem concurso público, nesse sentido: AgInt no AREsp 933.301/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, 2ª T., julgado em 23/05/2017, DJe 09/06/2017; REsp 798.679/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª T., julgado em 23/05/2017, DJe 20/06/2017; AgInt no REsp 1636827/ES, Rel. Ministra Regina Helena Regina Costa, 1ª T., julgado em 18/05/2017, DJe 24/05/2017; AgInt no REsp 1633727/PB, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª T., julgado em 09/03/2017, DJe 15/03/2017; EDcl no REsp 1512085/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª T., julgado em 02/02/2017, DJe 03/03/2017; AgInt no AREsp 892.582/SE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª T., julgado em 06/12/2016, DJe 14/12/2016;

CONSIDERANDO, conforme apurado no Inquérito Civil nº 06.2017.00001981-1, que a **Câmara Municipal de Maracaju, atualmente possui 40 (quarenta) cargos providos em comissão, ao passo que apenas 7 (sete) cargos efetivos estão providos, e que alguns dos cargos providos em comissão são de caráter técnico e portanto desprovidos de funções de chefia, direção e assessoramento, cuja natureza jurídica é de atividade técnico burocrática permanente do quadro de pessoal da casa legislativa, em flagrante violação à Constituição Federal e do Estado de Mato Grosso do Sul;**

² JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014. Pág. 634.

³ STF-Adin nº 1.329-7/AL – Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 20/09/1996, p. 34.331.

CONSIDERANDO que, no caso em exame, estamos diante de atividades de rotina da administração pública e de caráter continuado (não temporário), de modo que as contratações, eventualmente efetivadas em desacordo com a Constituição Federal podem caracterizar ato de improbidade administrativa, na forma da Lei n. 8.429/92 e, por tal motivo, pretende-se a adequação da situação à legislação pertinente;

CONSIDERANDO que estas contratações, além de estarem em desacordo com as normas constitucionais, ainda geram prejuízo ao erário, na medida em que a contribuição previdenciária dos contratados é paga ao Regime Geral de Previdência Social e não ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, aumentando sobremaneira o déficit da Previdência Estadual;

CONSIDERANDO que é dever do gestor público, no caso, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Maracaju, bem como dos vereadores, zelarem pelo escorreito cumprimento das leis, bem como buscar a lisura das atividades públicas e dispensar mecanismos para a constante moralização das funções e atividades, de modo a se eliminar do mundo real eventuais ocupações indevidas de cargos públicos;

CONSIDERANDO que a falta de tomada de medida, em caso de constatação, pode configurar ato de improbidade administrativa, inclusive por todos que estiverem na cadeia de responsabilidades e chefia;

CONSIDERANDO a necessidade de colocar fim a tal irregularidade, adequando a conduta da Administração Pública aos ditames constitucionais e legais;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia;

RECOMENDAR a **CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJU/MS**, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor **HÉLIO ALBARELLO**, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, para que:

I – Abstenha-se de celebrar contratações comissionadas para a atividade-fim (por atividade-fim, entenda-se, toda atividade voltada ao núcleo da dinâmica de cada Órgão, essencial ao cumprimento das finalidades, funções e tarefas laborativas que lhes são pertinentes), sem prévio concurso público, à exceção de contratações excepcionalmente necessárias de interesse público e prevista na Constituição Federal;

II – Promova os atos administrativos necessários para, no prazo de 30 dias, deflagrar o certame para provimento dos cargos ocupados irregularmente por

servidor público contratado, bem como para os cargos cujos levantamentos se fizerem necessários, devendo as provas e o certame ser realizados, preferencialmente, através de fundação pública;

III - Por mais, requisita-se que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de até 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da recomendação, bem como sua divulgação adequada e imediata, conforme artigo 45, Parágrafo Único, da Resolução nº 015/2007-PGJ;

IV - O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas cabíveis, em caso de omissão e comprovação de manutenção da situação fática anteriormente constada;

V – Encaminhe-se o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Hélio Albarello, aos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras;

IX- Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique no presente Inquérito Civil e retorne concluso.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância das normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Cumpra-se.

Maracaju/MS, 25 de abril de 2019.

Simone Almada Góes
Promotora de Justiça